

A PEDAGOGIA DA DEMOCRACIA DE PAULO FREIRE

GT 5 – Estado e Política

Vânia Medeiros Gasparello - UERJ

E nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo (Freire, 2000a, p. 136).

Falar no pensamento e na prática de Paulo Freire, seja enquanto intelectual, educador, Secretário Municipal de Educação, ser humano, e tantos outros papéis assumidos por esse homem público no real sentido da palavra, é estar falando de uma práxis pedagógica-política e epistemológica profundamente democrática. Isto porque considero que a sua obra e vida testemunham sempre a sua clara opção política contra qualquer tipo de autoritarismo, desrespeito, injustiça, desigualdade, etc. A filosofia de Freire, ao contrário, se posiciona a favor da liberdade, da justiça, da ética e da autonomia do ser humano, da escola, da sociedade. Mais ainda, Freire percebe que a democracia não acontece de um hora para outra, por decreto, por uma concessão de uma autoridade que se autointitula democrática, ou apenas quando a sociedade deixar de ser capitalista. Ele entende que a democracia, a liberdade, a autonomia, é um *processo*. Mas não é um processo de cima para baixo, e sim uma conquista conjunta, coletiva, que exige respeito, diálogo e poder de decisão a todos que participam dessa caminhada. Um processo que faz parte da própria humanização do ser humano, da sua vocação para *ser mais*, segundo Freire. Uma vocação que atua em condições concretas e que na sua práxis vai partilhando o novo, já que o ser humano é um ser molhado de história, como gosta de dizer, ou seja, “...um ser finito, limitado, inconcluso, mas consciente de sua inconclusão. Por isso, um ser ininterruptamente em busca, naturalmente em processo” (Freire, 2001, p.18).

Nesse sentido, é importante resgatar a teoria e a prática de Paulo Freire num momento em que estamos vivenciando um cenário político-social extremamente antidemocrático, excludente, no qual a liberdade é apenas entendida como liberdade de mercado. Quando a ideologia neoliberal está sendo veiculada como o único discurso possível. Quando não há espaço para o diálogo. Numa sociedade onde *ser mais* pode ser confundido com *ter mais*. Quando os governantes continuam a desrespeitar a coisa pública, os(as) professores(as), os alunos pobres e os trabalhadores da educação. Quando a democracia da sociedade e a autonomia da escola e do seres humanos continuam a ser um sonho:

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho

sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa (Freire, 2001, p.25).

E talvez uma das formas de lutar por esse sonho seja reafirmar o caráter democrático do pensamento e da práxis freireana, tornando público que é possível pensar e atuar de uma forma diferente da ideologia e da prática neoliberal. Paulo Freire, quando assumiu a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, de 1989 a 1991, na gestão da Prefeita Luiza Erundina, do PT, mostrou que é possível lutar para mudar a cara da escola, como costumava dizer, lutar por uma escola pública, popular e democrática. E as propostas e ações concretizadas durante a sua administração e de quem o substituiu¹, o Professor Mário Sérgio Cortella, só podem ser melhor compreendidas dentro do contexto de toda a obra de Paulo Freire. Já que, nesse autor, teoria e prática não são dois pólos distintos, estanques, separados, mas são, antes, ações que estão interligadas e que se recriam a todo momento.

Dessa forma, inicialmente discuto um pouco sobre a problemática da democracia na nossa sociedade, no intuito de destacar esse conceito na obra de Paulo Freire, pelo fato de a considerar uma marca fundamental da sua praxis. Num momento posterior, tive como objetivo demonstrar a coerência dessa teoria com os princípios e ações que nortearam a administração de Freire como secretário municipal de educação da cidade de São Paulo.

A democratização como pedagogia da sociedade

A questão da democracia não é uma questão nova, desde a Antigüidade esse debate está presente na cena política e nos escritos daqueles que procuraram descrever e/ou filosofar sobre determinadas práticas sociais. Também não é uma questão simples, pois cada período histórico e seus intérpretes destacaram aspectos diferentes dessa temática. Nesse sentido, esse trabalho não tem a pretensão de realizar um longo tratado sobre todos os conceitos já discutidos em torno da democracia. Deseja apenas chamar a atenção para algumas discussões mais recentes em relação a esse tema, a fim de melhor situar porque considero a pedagogia de Paulo Freire democrática. Mesmo porque acredito que o hoje, como Freire, está molhado de história, ou seja, é uma possibilidade de resultado de discussões e práticas anteriores, antecipando um determinado-indeterminado porvir.

Segundo Bobbio (1994, pp. 37-38):

É inegável que historicamente ‘democracia’ teve dois significados prevalecentes, ao menos na origem, conforme se ponha em maior evidência

1 Após dois anos de gestão na Secretaria Municipal de Educação, Paulo Freire deixou o cargo, “como quem saindo fica”, para voltar a se dedicar aos seus estudos e livros. Contudo, quem o substituiu continuou com a mesma proposta de trabalho.

o conjunto das regras cuja observância é necessária para que o poder político seja efetivamente distribuído entre a maior parte dos cidadãos, as assim chamadas regras do jogo, ou o ideal em que um governo democrático deveria se inspirar, que é o da igualdade. À base dessa distinção costuma-se distinguir a democracia formal da substancial, ou, através de uma outra conhecida formulação, a democracia como governo do povo da democracia como governo para o povo.

A sociedade capitalista moderna se autodenominou democrática, afirmando que defendia princípios de liberdade, igualdade e fraternidade para todos os cidadãos. Contudo, essa democracia liberal é uma democracia apenas formal, na medida em que estes três princípios, na prática, só são válidos para aqueles que fazem parte do mundo ocidental da minoria burguesa, branca e masculina heterossexual. Ou seja, a liberdade é vista apenas como liberdade de mercado, no qual só aqueles que detém o poder econômico possuem também o poder de opção e de decisão. A desigualdade de oportunidades econômicas, políticas, sociais e culturais é uma das grandes marcas da nossa época. E atualmente esta desigualdade aparece como um valor positivo:

O surgimento do neoliberalismo após a Segunda Guerra e sua posterior consolidação a partir da década de 1980 trazem consigo um formidável ataque contra o igualitarismo e a ‘solidariedade coletivista’ em quaisquer de suas formas: desde a aparentemente mais benigna, o ‘Ministério do Bem-estar’ das sociais-democracias européias, até a mais virulenta (a juízo dos ideólogos neoliberais) corporificada no ‘modelo soviético’ vigente na União Soviética e nos países do Leste Europeu. Ambas as variantes, nas palavras de Hayek, se movimentavam em prol de um mesmo objetivo: a construção de uma sociedade de iguais. Eram, por isso mesmo, rotas alternativas que desembocavam em um mesmo desastre civilizatório: a servidão moderna (Boron, 2000, p.55).

Em relação à fraternidade, podemos dizer que ela sempre foi uma palavra meramente formal, sem significado, ausente do conjunto de práticas dominantes da vida social desde o início do capitalismo. E nesses tempos neoliberais se tornou ainda mais sem sentido, na medida em que “... o capitalismo agora aparece como o inocentamento da economia, como a essência ‘naturalmente’ egoísta e aquisitiva do homem” (Boron, 2000, p.52). Dessa maneira, essa pretensa natureza humana egoísta não combina com gestos fraternos e solidários, mesmo que, na vida cotidiana, que é complexa e contraditória, possamos perceber exemplos de egoísmo e de solidariedade. O problema que se coloca é que o individualismo e as ações egoístas têm sido amplamente justificados nessa ideologia neoliberal.

Portanto, inicialmente estou procurando ressaltar o caráter formal dessa democracia burguesa, que apesar de possuir um discurso que se pretende democrático e determinadas regras políticas, as chamadas “regras do jogo”, como eleições livres e periódicas, direitos e liberdades individuais, etc., não é uma democracia cujo governo *seja do povo e/ou para o povo*. Antes, privilegia apenas um determinado grupo social, como já foi apontado anteriormente: rico, branco, masculino e heterossexual. A desigualdade e a falta de liberdade e fraternidade em relação aos pobres, negros, mulheres, homossexuais, e tantos outros grupos que formos capazes de listar aqui, é uma constante na vida social. Entretanto, a luta por maior igualdade de direitos, liberdade, etc., ou seja, por mais democracia, está presente nos diversos movimentos sociais encabeçados por esses grupos oprimidos ao longo da história. A democracia liberal recebe pressões de vários segmentos sociais e também luta para manter a sua hegemonia, mesmo tendo que fazer concessões em determinados momentos.

Um desses momentos importantes da nossa história para a reflexão sobre a democracia que queremos foi a vigência do chamado socialismo real na antiga União Soviética e no Leste Europeu. Sociedades que se constituíram pretendendo ser socialistas e democráticas na medida em que acabavam com a propriedade privada dos meios de produção, mas onde, na verdade:

A burocracia foi, de fato, a classe privilegiada: o superávit da produção, arrancado à população trabalhadora através de exploração implacável, vinha beneficiar a burocracia, tanto na forma de altos níveis de consumo, como na forma de acumulação com a finalidade exclusiva de aumentar a força do Partido/Estado. Além disso, a burocracia estava desempenhando o papel de classe dominante em relação à produção, pois estava encarregada de administrar o processo de produção e de apossar-se de seu superávit (Castoriadis, 1985, p.16).

Este socialismo continuou mantendo um pequeno grupo dominante no poder econômico e político-social: a burocracia. Para o povo, continuava uma vida sem liberdade política, sem liberdade de expressão artística e cultural, sem igualdade econômica e de direitos sociais. Sem participação e poder de decisão. Não foi por acaso que esse sistema social se desestruturou. Como afirmou Coutinho(1999, p.64): “Estou plenamente convencido de que não há solução para a humanidade fora da democracia. A experiência do Leste Europeu mostrou isto cabalmente. Mas há hoje uma disputa sobre o que é democracia.”

Como, então, continuar a lutar por uma democracia substantiva, na qual o governo seja do povo e para o povo ? Considero que inicialmente o conceito dessa democracia que queremos deveria ficar mais claro. Nesse sentido, reafirmo a democracia que estou defendendo e que acredito estar presente na obra de Paulo Freire: um *governo do povo e para o povo*. Isto significa dizer que todo governo é também um autogoverno, uma prática de sujeitos autônomos, livres, com igualdade de direitos e deveres, mas também fraternos, solidários, amorosos. Falar em autogoverno não é desacreditar na representatividade, pois a participação direta em todas as questões políticas e sociais no mundo em que vivemos é impensável, mas

defender uma organização na qual os sujeitos realmente tenham igualdade e liberdade de participação “... em todos os processos decisórios que dizem respeito à sua vida cotidiana, sejam eles vinculados ao poder do Estado ou a processos interativos cotidianos, ou seja, em casa, na escola, no bairro, etc” (Oliveira, 2000, p.11).

Dessa forma, estou procurando destacar que uma sociedade realmente democrática não se constitui através de um governo que se autointitule democrático e tente fazer um governo *para o povo*. A democracia não é uma doação de alguém, seja de um governante, de um partido político ou ainda de uma burocracia estatal, mas é um governo *do povo*, que exige a sua participação permanente em todos os processos decisórios da vida social. É também um governo *para o povo*, e não apenas para uma pequena parcela da sociedade. O que não significa dizer que seja uma ditadura da maioria, pois deve resguardar os direitos de *todos*. Uma utopia ? Talvez. Mas não é possível “... sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia, sem projeto.(...) Os sonhos são projetos pelos quais se luta” (Freire, 2000b, p. 53-54).

E em toda a obra de Paulo Freire encontramos a defesa de uma ação libertadora da opressão social, *dialógica*, em que: “Falar, por exemplo em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanização e negar os homens é uma mentira” (Freire, 1981, p.96). Ou seja, para esse autor a tarefa de todo ser humano é ser mais, é se humanizar, é se tornar senhor de si, *autônomo, consciente, sujeito da história*. No entanto, ele não confunde autonomia com auto-suficiência, pois sempre afirmou que ninguém se liberta sozinho, e sim que os homens se libertam em comunhão. Mais ainda:

*A libertação, por isto, é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a **libertação de todos**.*

*A superação da contradição é o parto que traz ao mundo êste homem novo, não mais opressor; não mais oprimido, **mas homem libertando-se** (Freire, 1981, p.36; grifos meus).*

Os destaques que fiz nessas palavras de Freire foi para chamar a atenção do caráter processual da libertação e da democratização que ele evidencia. Outrossim, para a percepção de que esse processo não pode apenas ser uma luta individual ou de um determinado grupo social, embora possa e/ou deva começar por um certo grupo - o dos oprimidos, ou o das chamadas minorias - mas tem que ser um processo coletivo de libertação, *de todos e para todos*. Assim:

As chamadas minorias , por exemplo, precisam reconhecer que, no fundo, elas são a maioria. O caminho para assumir-se como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim, criar a unidade na diversidade, fora da qual não vejo como aperfeiçoar-se e até

como construir-se uma democracia substantiva, radical (Freire, 1994, p.154).

É a partir dessa percepção, da *unidade na diversidade*, coerente com toda a sua obra, que Freire fala de multiculturalismo: fenômeno que implica a convivência num mesmo espaço de diferentes culturas, ou seja, “... uma criação histórica que implica decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns. (...) Que demanda uma nova ética fundada no respeito às diferenças” (Freire, 1994, p. 157). Que demanda uma ética democrática.

Essa pedagogia freireana, que foi nomeada por ele em diferentes momentos de pedagogia do oprimido, pedagogia da autonomia, pedagogia da esperança, etc., continuou sempre a ser uma pedagogia:

que tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (Freire, 1981, p. 32).

E um dos grandes equívocos que Freire acentuou é a:

Desconfiança de que o povo seja capaz de pensar certo. De querer. De saber.(...) Comportam-se, assim, como quem não crê no povo, ainda que nele falem. E crer no povo é condição prévia, indispensável, à mudança revolucionária. Uma revolução se reconhece mais por esta crença no povo, que o engaja, do que por mil ações sem ela (Freire, 1981, p. 51).

Nesse parágrafo, fica claro o comprometimento desse autor com o povo, com os oprimidos, com as minorias, com os que mais sofrem com a falta de democracia na sociedade. É um comprometimento real porque não pretende lutar pela sua libertação sem eles, mas *com* eles. Essa questão é central na práxis freireana, pois “... se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho, também não é libertação de uns feita por outros” (Freire, 1981, p.58). E essa práxis exige confiança no povo, exige que todos sejam sujeitos no processo de libertação e democratização da sociedade.

Quando Freire fala em pedagogia, ele não está falando apenas das relações que se estabelecem na escola e na sala de aula. A sua pedagogia está relacionada a todo esse contexto de opressão social e de falta de democracia que estamos apontando. Toda educação é política, assim como toda política é educativa. Não existe neutralidade. Portanto, o seu método dialógico, problematizador, não é apenas um método ou uma teoria pedagógica, mas uma práxis que tem como objetivo libertar a opressão atuante na nossa sociedade:

Todo o nosso esforço neste ensaio foi falar desta coisa óbvia: assim como o opressor para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos para libertar-se, igualmente necessitam de uma teoria de sua ação (Freire, 1981, p. 217).

E essa teoria da ação dialógica que defende é uma praxis mais democrática, seja na escola ou nas diversas relações sociais nas quais os seres humanos atuam. Isto porque, no diálogo, rompe-se com esquemas verticais de relações, com relações de cima para baixo, com relações autoritárias: “Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os ‘argumentos de autoridade’ já não valem” (Freire, 1981, pp. 78-79).

Para Freire, o diálogo restabelece o direito do ser humano pronunciar o mundo, transformá-lo e se humanizar. O diálogo pressupõe compromisso com os homens, um compromisso amoroso, ético, humilde, grávido de fé e de esperança na humanidade e nas suas possibilidades de libertação e de democratização. Pois, “Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia” (Freire, 1981, p.96).

Portanto, a pedagogia de Freire não pode ser percebida apenas como uma crítica à educação bancária, tradicional e autoritária, ou como um método rápido de alfabetização de jovens e adultos, e sim, como venho acentuando, como uma práxis que comporta uma ética pedagógica-política e epistemológica profundamente democrática:

O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (...) É nesse sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. É preciso deixar claro que a transgressão da eticidade jamais pode ser vista como virtude, mas como ruptura com a decência. O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar (Freire, 1996, pp. 66-67).

A citação é longa, porém considero que ela se justifica pela clareza como o autor se coloca e que vem reafirmar a sua opção ética e democrática. E para continuar o nosso diálogo, é importante destacar um desses momentos fecundos dessa luta por um mundo menos feio, mais democrático, com mais respeito à autonomia do ser humano, da escola, da sociedade: a sua práxis política-administrativa enquanto homem público², quando assumiu a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo.

Lutando por uma administração política-pedagógica democrática

No governo municipal, aproveito o poder que dele decorre para realizar, no mínimo, parte do velho sonho que me anima. O sonho de mudar a cara da escola. O sonho de democratizá-la, de superar o seu elitismo autoritário, o que só pode ser feito democraticamente. Imagine você se eu pretendesse superar o autoritarismo da escola autoritariamente (Freire, 2000a, p.74).

É bom lembrar que a administração de Freire na Secretaria Municipal de Educação aconteceu quando o Partido dos Trabalhadores assumiu pela primeira vez a Prefeitura da cidade de São Paulo, e com uma mulher, nordestina, Luíza Erundina, assumindo o cargo de Prefeita. Essa conjuntura política me faz recordar uma feliz expressão desse autor: o inédito viável³. Talvez ninguém imaginasse uma tal situação política como possível, mas aconteceu. E foi nesse contexto inédito e grávido de possibilidades que Paulo Freire se comprometeu, mais uma vez, com os oprimidos, com as minorias, com a democratização da escola e da sociedade. Lutando pela mudança da cara da escola, “por uma escola competente, democrática, séria e alegre” (Freire, 2000, p. 35). Lutando por uma “democracia radical”, nas palavras de Lima (2000), ou seja, por uma concepção de organização e de escola que considera os indivíduos enquanto sujeitos do ato de organizar-se.

No meu entender, a marca da gestão de Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação de São Paulo, como venho apontando, foi o seu caráter democrático e coerente com toda a sua teoria e prática anteriores. Portanto, a noção de escola pública popular, modelo político-pedagógico desta administração, está relacionada com a defesa de uma escola realmente democrática, que seja *do povo e para o povo*. É a luta por

2 A sua atuação como Secretário Municipal de Educação de São Paulo não foi a primeira vez que assumiu um cargo dessa natureza. Freire atuou em vários momentos na vida pública: a superintendência do SESI (Serviço Social da Indústria), a participação nos governos de Miguel Arraes (em Pernambuco), a direção do Departamento de Extensão Cultural da Universidade de Recife, a presidência da Comissão Nacional de Cultura Popular e a coordenação do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (ambas durante o governo Goulart); a assessoria à outros governos quando esteve exilado, etc.

3 Expressão utilizada por Freire em “Pedagogia da Esperança” e explicada em nota por Ana Maria Araújo Freire. Em outro livro, fruto de um seminário da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, “Utopia e Democracia na Educação Cidadã”, 2000, José Clóvis de Azevedo, Pablo Gentili et al (orgs), Ed. Da Universidade/UFRGS, Ana Maria Freire resgata esse termo num texto de sua autoria.

uma escola de qualidade para o povo, mas que todos que façam parte dessa escola tenham também poder de decisão sobre ela. Mais uma vez, é a defesa da autonomia do ser humano, da escola, da sociedade. Uma *autonomia* que se desenvolve *com* os outros, e não de forma isolada.

Mais uma vez, é a luta contra qualquer tipo de autoritarismo, de “pacotes de cima para baixo”, tão freqüentes nas relações das Secretarias de Educação com as escolas, ou mesmo das(os) diretoras(es) com os(as) professores(as), ou ainda em relação aos alunos e merendeiras, serventes, etc. É tentar *mudar a cara da escola*, tornando-a mais *democrática*, seja no nível das relações sociais de poder, seja na exigência de uma escola competente em que todos participem como sujeitos desse processo.

Dessa forma, para ressaltar o caráter democrático desta administração, procurarei desenvolver os quatro objetivos que nortearam as suas ações (Freire, 2000, pp. 14-15):

- 1) *Ampliar o acesso e a permanência dos setores populares – virtuais únicos usuários da educação pública;*
- 2) *democratizar o poder pedagógico e educativo para que todos, alunos funcionários, professores, técnicos educativos, pais de família, se vinculem num planejamento autogestionado, aceitando as tensões e contradições presentes em todo esforço participativo, porém buscando uma substantividade democrática;*
- 3) *incrementar a qualidade da educação, mediante a construção coletiva de um currículo interdisciplinar e a formação permanente do pessoal docente;*
- 4) *finalmente, o quarto grande objetivo da gestão – não poderia ser de outra maneira – é contribuir para eliminar o analfabetismo de jovens e adultos em São Paulo.*

- 1) Ampliar o acesso e a permanência dos setores populares na escola

Apesar de na letra da lei aparecer que todo cidadão brasileiro tem direito à escola pública e de qualidade, sabemos que essa afirmativa é mais um exemplo da democracia formal que existe na nossa sociedade. Dessa maneira, em São Paulo, como nos outros estados e cidades brasileiras, a oferta de vagas ainda é insuficiente. E pior: daqueles que conseguem entrar na escola, muitos são “expulsos” dela, no dizer de Paulo Freire (2000a, pp. 50-51):

Em primeiro lugar, consideramos o número assombroso de crianças em idade escolar que “ficam” fora da escola, como se ficar ou entrar fosse uma questão de opção. São proibidos de entrar, como mais adiante muitas das que conseguem entrar são expulsas e delas se fala como se tivessem se evadido da escola. Não há evasão escolar, há expulsão.

Portanto, lutar pela ampliação e conservação do espaço público escolar foi uma das metas dessa administração que se comprometeu com o povo. Além disso, a luta contra a expulsão do aluno pobre da escola está relacionado também a mudança qualitativa do currículo que foi empreendida e à garantia do maior poder de participação e decisão na vida escolar. Esses pontos discutiremos mais adiante, o que importa perceber é que esses quatro objetivos estão interrelacionados, que embora tenham se constituído em diferentes frentes de trabalho, possuem um mesmo objetivo: mudar a cara da escola, torná-la mais democrática.

Um primeiro ponto a ser destacado, é que devido ao caráter anti-democrático das gestões anteriores, que não respeitaram o espaço público, a gestão de Paulo Freire encontrou escolas em condições físicas bastante precárias, exigindo reparo e restauração imediatos, pois (Freire, 2000a, pp. 34-35):

... precisamos demonstrar que respeitamos as crianças, suas professoras, sua escola, seus pais, sua comunidade, que respeitamos a coisa pública, tratando-a com decência. Só assim podemos cobrar de todos o respeito também às carteiras escolares, às paredes da escola, às suas portas. Só assim podemos falar de princípios, de valores. O ético está muito ligado ao estético. Não podemos falar da boniteza do processo de conhecer se sua sala de aula está invadida de água, se o vento frio entra decidido e malvado sala a dentro e corta seus corpos pouco abrigados. Neste sentido é que reparar rapidamente as escolas é já mudar um pouco sua cara, não só do ponto de vista material, mas, sobretudo, de sua 'alma'. (...) Reparar, com rapidez, as escolas é um ato político que precisa de ser vivido com consciência e eficácia.

Dessa forma, a democratização da escola está intimamente relacionada a materialidade desse espaço escolar. O material e o imaterial, o aspecto quantitativo e o qualitativo, o espaço escolar e a sua “alma”, não são pólos distintos, separados, mas interligados e complementares. Respeitar a coisa pública é dar condições concretas e criar um ambiente bonito e interessante para que a comunidade escolar possa trabalhar, estudar, viver, amar, ser mais.

E essa falta de condições materiais, que afeta a “alma” da educação também se manifesta na falta de respeito ao trabalho do professor através de seus baixos salários e dos escassos recursos materiais educativos disponíveis para o professor e o aluno. Consciente desses problemas, Freire lutou pela melhoria salarial dos professores, tendo ocorrido um aumento substantivo deste na sua gestão; e também incrementou os recursos materiais nas escolas.

Outro problema que dificultava e muito as mudanças que a sua administração desejava incentivar nas escolas era a burocracia escolar (Freire, 2000a, p.34):

Os mecanismos burocráticos que aí estão, o sem número de papéis – um tomando conta do outro – a morosidade com que andam de um setor ao outro, tudo contribui para obstaculizar o trabalho sério que fazemos. A uma administração como a do PT se impõe uma transformação radical da máquina burocrática.

Nesse sentido, a sua gestão procurou alternativas para esses impasses, criando, por exemplo, frentes de trabalho para executar tarefas de uma forma mais rápida e correta, que envolvia pessoal de, no mínimo, três secretarias municipais diferentes. Não vou me alongar nessas questões. O que importa chamar a atenção aqui, é que a gestão de Paulo Freire não se intimidava com as dificuldades, mas percebia que a democratização e a mudança da cara da escola era um processo que exigia muita luta e criatividade. Pois essa burocracia era fruto de uma concepção de poder bastante distinta da autogestão escolar que a sua equipe desejava implementar e que passo a analisar agora.

2) Democratizar o poder pedagógico e educativo

Esse objetivo talvez seja um dos mais importantes e que mais diferenciam a administração de Freire em relação a outras gestões. É a marca do respeito à autonomia do ser humano, à democratização do poder de participação e decisão a toda a comunidade escolar, é a marca da sua “democracia radical”.

Na sua gestão, foram implementados os conselhos de escola, que embora tenham sido criados na administração de Guiomar Namó de Mello no governo de Mário Covas (1983-1985), não tinham sido ainda, de fato, implementados. Os conselhos de escola se justificam porque:

Para nós, a participação não pode ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar à administração pública. Participação ou colaboração, por exemplo, através dos chamados mutirões por meio dos quais se reparam escolas, creches, ou se limpam ruas ou praças. A participação, para nós, sem negar este tipo de colaboração, vai mais além. Implica, por parte das classes populares, um “estar presente na história e não simplesmente estar nela representadas”. Implica a participação política das classes populares através de suas representações no nível das opções, das decisões e não só do fazer o já programado. Por isso é que uma compreensão autoritária da participação a reduz, obviamente, a uma presença concedida das classes populares a certos momentos da administração. Para nós, também, é que os conselhos de escola têm uma real importância enquanto verdadeira instância de poder na criação de uma escola diferente. Participação

popular para nós não é um slogan mas a expressão e, ao mesmo tempo, o caminho da realização democrática (Freire, 2000a, p.75)

Com o restabelecimento do Regimento Comum das Escolas, os conselhos, de caráter deliberativo, devem aprovar o plano escolar e elaborar a política orçamentária da escola. Além disso, cada escola pode gestar projetos “...pedagógicos próprios que com o apoio da administração possam acelerar a mudança da escola” (Freire, 2000, p.79). Outrossim, “com o apoio da União Municipal dos Estudantes Secundaristas, iniciou-se a formação dos grêmios estudantis nas escolas”(p.79).

Dessa forma, diretores, professores, pais de alunos, alunos, merendeiras, etc., enfim, toda a comunidade escolar tem direito à voz e voto nos conselhos de escola e em outras instâncias políticas. Ou seja, é uma escola do povo e para o povo.

Contudo, a implementação dessas mudanças na escola não foi e não é um processo fácil, porém lento e que esbarra em várias dificuldades. A maior delas talvez seja falta de cultura democrática da população brasileira e daqueles que atuam e vivenciam a escola. Diretoras acostumadas a apenas mandar e receber ordens dos diversos governamentais, professores não confiando nos pais de alunos e vice-versa, etc., são alguns dos exemplos que podemos citar. Entretanto, essa cultura anti-democrática, mais que um impedimento para a mudança, foi e deve ser um motivo a mais para se lutar.

3) Incrementar a qualidade da educação, mediante a construção coletiva de um currículo interdisciplinar e a formação permanente do pessoal docente

Em relação à formação permanente do professor, um princípio se destaca: “O educador é o sujeito de sua prática, cumprindo a ele criá-la e recriá-la” (Freire, 2000a, p.80). Dessa maneira, “o programa de formação de educadores é condição para o processo de reorientação curricular da escola” (p.80).

Portanto, a mudança curricular que essa gestão procurou realizar não foi mais um pacote de currículos e programas que a educação está tão acostumada a receber, e sim uma tentativa de construção coletiva de currículos que realmente estejam ligados aos interesses da comunidade de cada escola. Um currículo mais democrático, que levasse em conta “o saber de experiência feito” de professores e de alunos. E não simplesmente um currículo que utilize modelos prontos e formais de disciplinas e formas de avaliação que desprezam completamente esse saber. Assim, além da valorização da participação do professor, o currículo deve respeitar (p.42):

... a forma de estar sendo de seus alunos e alunas, seus padrões culturais de classe, seus valores, sua sabedoria, sua linguagem. Uma escola que não avalie as possibilidades intelectuais das crianças populares com instrumentos de aferição aplicados às crianças cujos condicionamentos de classe lhes dão indiscutível vantagem sobre aquelas.

Várias medidas foram tomadas com esses objetivos, tais como a ênfase na formação do professor que se faz na própria escola, seja através de pequenos grupos ou de grupos maiores, resultantes do

agrupamento de escolas próximas. Este trabalho consistia no “...levantamento de temas de análise da prática que requerem fundamentação teórica e a reanálise da prática pedagógica considerando a reflexão sobre a prática e a reflexão teórica” (p. 81). O próprio Paulo Freire teve o empenho de se encontrar pessoalmente com diretoras, coordenadores pedagógicos, e com as professoras das grandes áreas da cidade para melhor explicitar a política pedagógica desta gestão. Outras atividades foram a realização de plenárias pedagógicas, grandes encontros que ocorriam aos sábados entre dirigentes da Secretaria Municipal de Educação de diferentes instâncias e a comunidade. Contudo, meu propósito aqui não é o de descrever todas as atividades desenvolvidas nesta gestão, que foram muitas, mas apenas situar o caráter democrático das mesmas.

3) Contribuir para eliminar o analfabetismo de jovens e adultos em São Paulo

O problema do analfabetismo de jovens e adultos foi uma preocupação constante na práxis freireana, e representa uma das bandeiras de luta pela qual este autor é mais conhecido. Nesse sentido, a sua gestão não poderia ficar de fora dessa luta árdua pela democratização de um direito social, o conhecimento escolar, para aqueles que por várias razões foram expulsos da escola.(Freire, 2000^a, p.68):

Cabe ainda ressaltar que, para nós, o trabalho de alfabetização, na medida em que possibilita uma leitura crítica da realidade, se constitui como um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhora da qualidade de vida e pela transformação social.

Nesse sentido, em 1990, Freire deu início ao Movimento de Alfabetização (MOVA) de São Paulo, um movimento junto aos grupos populares que já desenvolviam trabalhos de alfabetização e junto também a igrejas e universidades interessadas nessa questão. Portanto, essa proposta procurou valorizar grupos populares que já realizavam trabalhos nessa área, porém procurou ampliar essa participação junto a outros setores. Os objetivos do MOVA foram o de: desenvolver um processo de alfabetização que possibilite aos educandos uma leitura crítica da realidade; contribuir para o desenvolvimento da consciência política dos educandos e educadores envolvidos; e reforçar o incentivo à participação popular e a luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública popular (p.69). Mais uma vez, é o resgate da autonomia do cidadão, do seu direito de participar ativamente na escola e na vida social.

Por fim, resgatar a práxis política-pedagógica de Paulo Freire é reviver e reafirmar a luta por uma sociedade e uma escola mais democrática, humana, ética e fraterna.

Referências Bibliográficas

- BOBBIO, Norberto. 1994. *Liberalismo e Democracia*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- BORON, Atílio A. 2000. “Democracia e Neoliberalismo: história de uma relação infeliz”. In: AZEVEDO, José Clovis de. GENTILI, Pablo et al. (Orgs.). *Utopia e Democracia na Educação Cidadã*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação.
- CASTORIADIS, Cornelius. 1985. *Os Destinos do Totalitarismo*. Tradução: Zilá Bernd e Élvio Funck. Porto Alegre: L&PM Editores.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 1999. “Democratização como valor universal”. In: BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. VEIGA, Sandra Mayrink (orgs.). *Afinal, que país é este ?* Rio de Janeiro: DP&A Editora. (O Sentido da Escola)
- FREIRE, Paulo. 1981. *Pedagogia do Oprimido*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1994. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1996. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra. (Coleção Leitura)
- _____. 2000a. *A Educação na Cidade*. 4.ed. São Paulo: Cortez.
- _____. 2000b. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.
- _____. 2001. *Política e Educação*. 5ª ed. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época; v.23)
- LIMA, Licínio C. 2000. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. (Guia da escola cidadã; v. 4)
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. 2000. “Sobre a democracia.” In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de. (org.). *A democracia no cotidiano da escola*. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE. (O Sentido da Escola)